



JORNAL



DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO DF
ORGÃO OFICIAL - ANO III - N° IV NOVEMBRO/78

Equiparação Salarial

A Diretoria da APPDF recebeu várias manifestações de apoio pela conquista da Equiparação Salarial, através de telegramas, cartas, convites, e cumprimentos verbais de professores e Colégios.

Agradecemos a todos os colegas pelo reconhecimento — dessa vitória de sua Entidade e do professorado. Estamos publicando, neste número, o decreto de Equiparação Salarial.

A Diretoria da APPDF continua na tentativa de parcelar, mensalmente, os 50% restantes da EQUIPARAÇÃO SALARIAL, ainda neste governo. A diferença recebida pelos professores recaiu apenas sobre as horas/aula de lotação do mês de outubro. Urge lutarmos pela CONTRAÇÃO de 40 horas/aula, para eliminar as horas/aula excedentes.



DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, sexta-feira, 6 de outubro de 1978

ANO III - N° 192

ATOS DO GOVERNADOR

BIBLIOTECA

DIÁRIO Nº. 4.334 de 05 de Outubro de 1978.

Autoriza a Fundação Educacional do Distrito Federal a fixar honorários salariais para os professores de ensino de 1° e 2° graus, e de outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso II, da Lei Nº 3.751, de 11 de abril de 1960, e atendendo às razões constantes da Exposição de Motivos Nº 117/78-DEC, de 3 de outubro de 1978 (processo Nº 021399/78-001):

DECRETA:

Art. 1° - A Fundação Educacional do Distrito Federal fica autorizada:

- a) a fixar, com efeito retroativo a 1° de outubro de 1978, os seguintes salários mensais para os professores de ensino de 1° e 2° graus - regimes de 20 (vinte) horas semanais de trabalho:
 - Professor de Ensino de 1° e 2° graus, classe "C" Cr\$ 6.539,00
 - Professor de Ensino de 1° e 2° graus, classe "B" Cr\$ 4.556,00
 - Professor de Ensino de 1° e 2° graus, classe "A" Cr\$ 2.775,00

b) a estabelecer, para os servidores de que trata a alínea anterior, a partir de 1° de outubro de 1978, salários idênticos aos fixados para os cargos e empregos

que integram a Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1° e 2° graus do Grupo - Magistério, do P.12 no de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, instituído pela Lei Nº 5.845, de 10 de dezembro de 1978; e

c) a incluir na Escala de Retribuição da Tabela de Empregos Permanentes da Fundação, o nível P-21, de R\$ 33.080,00, e a classificar, neste nível, os atuais empregos de Psicólogo e de Técnico de Educação.

Art. 2° - Fica ainda a Fundação Educacional do Distrito Federal autorizada a adotar todas as providências que se fizerem necessárias à plena efetivação das medidas a que se refere o artigo 1° deste Decreto, inclusive as de natureza complementar decorrentes da aplicação da Legislação do Trabalho e demais leis e regulamentos a que esta se sujeita.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de outubro de 1978.

ELNO SEREJO ARAÚZ
IVAN GUARAZZI OLIVEIRA
JOSE APOINÇANTELLO DE ARAÚZ NEMUSIR
FERMINO TUPINANGÁ VALENTE
WLAIMER RORTINO

Contratão de 40 horas/aula

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, dando prosseguimento à sua luta pela profissionalização do Magistério, reuniu-se várias vezes para tratar da efetivação do CONTRATO de 40 horas/aula.

Nós, professores realmente interessados na profissionalização do Magistério, necessitamos romper as barreiras impostas por certos dirigentes da FEDF, que demonstram má vontade, omissão ou "mistério", quanto ao CONTRATO DE 40 HORAS/AULA.

A Diretoria da APPDF defende esse vínculo empregatício, tendo em vista os seguintes pontos:

a) necessidade premente de eliminar com a figura extrínseca das horas/aula excedentes, que sempre acarretam prejuízos para o professorado do Distrito Federal;

b) essas horas/aula excedentes, comparadas às horas extras, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, são contraditórias porque os percentuais de 20% ou 25% (extras diurnas ou noturnas), a FEDF não paga aos professores;

c) sempre que há um reajuste salarial, como podemos exemplificar conforme EQUIPARAÇÃO SALARIAL, a diferença refletiu, tão-somente, sobre as 20 horas/aula da LOTAÇÃO, no mês de outubro;

d) essas horas/aula excedentes trazem insegurança ao trabalho do professor, como já é do conhecimento da maioria;

e) não questiona a Diretoria da APPDF por contrato de basidióides, mas defende um CONTRATO aberto a quem o desejar, profissionalmente;

f) cerca de 6.000 professores já trabalham 40 horas/aula há vários anos;

g) que Diretores da FEDF apressem a concretização desse CONTRATO, promovendo reuniões para discussão de seus termos, divulgação e demais providências.

OS PROFESSORES INTERESSADOS NO CONTRATO DEVEM SE PRONUNCIAR JUNTO A SUA ENTIDADE.

Brasília-DF, 07 de novembro de 1978
A DIRETORIA
OLÍMPIO GONÇALVES MENDES
PRESIDENTE

NESTE NÚMERO

Palestras e Conclusões do I Simpósio de Ensino no Distrito Federal
Página - (2)

RECLASSIFICAÇÃO

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, continua defendendo a Reclassificação Total e Automática para os professores do Distrito Federal, conforme prevê a Lei 5.692/71 e Estatuto do Magistério.

Vários professores permanecem na Classe A, recebendo um mísero salário.

Muitos se formaram em julho/78, alguns antes e outros concluíram o Curso Superior em dezembro deste ano.

A FEDF deve promover imediatamente as inscrições para Reclassificação de maneira mais abrangentes, a exemplo da ocorrida em julho/78.

Os candidatos devem se preparar com a documentação, alertando as Faculdades no sentido de colocarem na sua Declaração, Certificado ou Diploma: LICENCIATURA PLENA ou 1° e 2° graus.

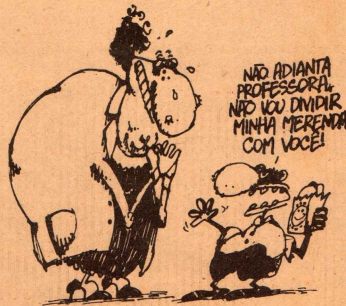
Os interessados na RECLASSIFICAÇÃO devem procurar a APPDF, visando uma mobilização conjunta em torno do assunto.

Brasília-DF, 07 de novembro de 1978
A DIRETORIA
OLÍMPIO GONÇALVES MENDES
PRESIDENTE

I SIMPÓSIO DE ENSINO NO DF

AGRADECIMENTOS

EDITORA CORTEZ & MORAES
JORNAL DE BRASÍLIA
CORREIO BRAZILIENSE
TELEVISÃO TUPI
TELEVISÃO NACIONAL
TELEVISÃO GLOBO
EMISSORAS DE RÁDIO
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNB ASSOCIAÇÃO DE SOCIOLOGOS DO DISTRITO FEDERAL E CONFERENCISTAS



"PASQUIM"

ISIMPÓSIO DE ENSINO NO DISTRITO FEDERAL

Ensino Profissionalizante

ANA MARIA FERNANDES SKEFF
Dep. de Ciências Sociais - UnB

- 1 — HISTÓRICO DA REFORMA
- 2 — FUNÇÕES, MANIFESTOS E NÃO MANIFESTOS: CONTENÇÃO
- 3 — TENDÊNCIAS ATUAIS
- 4 — PERSPECTIVA:

Abordaremos a Educação, no caso, a Educação secundária e sua vinculação com a estrutura de classes, no Brasil, no contexto mais amplo da sociedade global.

Nesta perspectiva a Educação surge como um mecanismo de discriminação (reprodução da estrutura de classe) e de dissimulação desta função, colocando a escola como um elemento neutro, e também as suas formas de seleção como puramente escolar.

No entanto, a Escola, traduz desigualdades sócio-econômicas em desigualdades escolares, vantagens e desvantagens sociais em vantagens e desvantagens escolares. Portanto, a escola teria uma função técnica que seria a produção de qualificações e uma função social que seria a de legitimação das diferenças de classes.

Numa retrospectiva histórica do ensino médio no Brasil temos que o então denominado Ensino Secundário, sempre se constituiu num canal de manutenção e depois de aquisição de privilégios de classe: até a 1ª República dos privilégios da oligarquia agrária e sendo, aos poucos, eliminado pelas novas camadas médias emergentes, constituindo-se o nível de ensino que prepara as elites burocráticas e administrativas do país. Era um ensino eminentemente seletivo e preparatório; em 1920 era a iniciativa particular que praticamente assumia a responsabilidade de ministrar no Brasil o ensino secundário.

O Governo Federal era responsável pelo ensino superior e o secundário (profêntico), mas mantinha apenas o Colégio Pedro II e alguns Ginásios modelo nas suas capitais.

Apesar da profissionalização do ensino juntamente com a expansão da educação primária serem bandeiras de reivindicações de políticos, intelectuais e associações privadas, na época, antecipando-se a civilização industrial que estava se implantando no Brasil desde o Império, já se define e aqui é reiterado o ensino técnico profissional como destinado aos menos favorecidos, às «classes pobres ou populares», aos «meninos desvalidos», «órfãos», «abandonados», aos desfavorecidos da fortuna.

Se o tão propagado «horror» do povo brasileiro ao trabalho manual é interpretado culturalmente como decorrência da existência da sociedade escravocrata no Brasil consideramos que novos elementos devem ser integrados a esta interpretação tais como: esse «traço cultural» foi sedimentado a nível da sociedade política sendo colocado expressamente nas legislações e fez frente de todos os debates, a nível da sociedade civil, sempre conservando o caráter perjurativo, ou seja de um ensino destinado às camadas baixas da população.

Mas também numa sociedade capitalista a escola tem a função de reprodução das classes sociais, e das relações de exploração e dominação e de reprodução da divisão do trabalho intelectual (trabalho manual).

Dentro deste quadro, sucinto interrogamos como e porque através da lei 5692-71 se generalizou a profissionalização a todo o ensino de 2º Grau?

Essa reforma situa-se no âmbito de um novo modelo econômico, o do capitalismo-associado e no modelo político da Revolução de 1964 com a ascensão dos militares ao poder — por outro lado, o Ensino Público vincula-se também à Reforma Universitária Lei 5.540-1968 que traz nos textos oficiais recomendações para a reforma do ensino médio como medida indispensável ao crescimento «ordenado» do ensino superior.

Ele devia ser profissional, passando a desviar para o mercado de trabalho um grande nº de demandantes potenciais

dos cursos superiores. Na década de 60 a R. U. se realizou sobre pressões dos intelectuais e do movimento estudantil por «mais vagas» e «mais verbas» reclamando modificações nas universidades brasileiras.

Portanto, se de um lado, as funções manifestadas da profissionalização do ensino médio seriam primeiro de suprir o mercado com uma oferta de profissionais deste nível e em segundo lugar a de permitir aos estudantes concluírem este grau de ensino com uma formação profissional que não os obrigaria a candidatar-se aos cursos superiores para obtê-los, as suas funções não manifestas seria a de conter os crescentes contingentes de jovens de classe média que buscam nos cursos superiores um requisito cada vez mais indispensável à ascensão social, através das hierarquias ocupacionais.

Mas o que ocorre quando se passa do nível da lei para o nível da prática, da sua aplicação?

Empreendeu-se essa campanha de valorização do ensino médio-profissional, valorizando o trabalho do técnico em relação ao ensino superior — o próprio de valorização pelas famílias de classe média dos cursos profissionais, associados à formação de operários.

Os próprios administradores educacionais (sem destaque) que a função profêntica (preparar candidatos para cursos superiores) é, ao mesmo tempo, objetivo do ensino médio.

Aqui novamente se estabelece a discriminação de classes através da dicotomia ensino público X ensino privado: desencadearam-se mecanismos de ajustamento entre aspectos formais profissionalizantes da lei 5692/71 e exigência do ensino médio, desenfrear função profêntica: por outro lado os processos de controle incidiram predominantemente sobre os setores de mais baixa renda das classes médias (Ensino Público) e o reajustamento do ensino médio para a função profêntica nos setores de renda mais alta (Ensino Privado).

1º — Você que vive essa realidade à prática da lei, deve conhecer bem os seus efeitos, quais sejam a não efetiva profissionalização, economicamente o, esfacelamento do conhecimento, ou a queda da qualidade do ensino médio, tornando mais difícil aos egressos de Escola Pública o acesso à Universidade. Por outro lado a nível da sociedade política e da sociedade civil, já desponta novas tendências como declarações oficiais, ou críticas mais efetivas ao novo ensino e reivindicações como a dos colégios católicos de abolição da profissionalização.

No entanto, se a profissionalização for substituída por uma nova lei ou estruturação do ensino de 2º Grau, consideramos que possa ser reestruturado o conteúdo do ensino, reforçando-lhe a qualidade, mas que novos mecanismos de discriminação (de reprodução das relações de classes) serão introduzidos, porque esta é a função da Escola nas Sociedades Capitalistas.

NOTAS

As camadas médias urbanas apoiaram a revolução de 64 e como medida de sustentação dessa base houve um aumento de vagas nos cursos superiores. A política econômica tornou difícil não só a existência nas TS a abertura de novos estabelecimentos no comércio, na indústria e de artesão.

A ascensão das camadas médias passou a defender a ascensão nas burocracias públicas e privadas e a instituição superior tornou-se um requisito cada vez mais importante. E o número de vagas nas universidades crescem menos do que o demandado.

2º — É o que Cunha denomina Função Contentadora, ou seja a função de conter a demanda crescente de vagas no ensino superior.

E a educação superior, segundo este autor, constitui-se cada vez mais, intencionalmente um requisito de ascensão social.

Luis F. Perret
Serpá
UnB

A Escola e a Cultura

Dois fatos, aparentemente não relacionados, são de grande importância para o desenvolvimento sócio-cultural.

O primeiro — relativo à perda da identidade nacional — é a descaracterização da cultura brasileira na dinâmica de nossa vida societária.

O segundo, ocorrendo em nosso sistema educacional, são as altas taxas de evasão e repetência na escola, particularmente no ensino de 1º grau.

Pretendemos propor uma alternativa que possibilite a mudança desse quadro, supondo-se existir uma íntima relação entre esses dois fatos.

II

Inicialmente assumiremos o quadro conceitual de cultura de Bárbara Freitag.

A autora conceitua cultura como a totalidade da vida societária, em suas duas dimensões fundamentais: a produção e reprodução material e a produção e reprodução ideal. Nessa conceituação, destaca a dinâmica do processo cultural em seus três momentos: o da produção, o da circulação e o do consumo.

No caso particular da «cultura brasileira», admite a existência de uma pluralidade e diversidade de «subculturas», regional e setorialmente dispersas, com dinâmicas específicas e restritas.

Dentro desse contexto, conceitua «a cultura brasileira em processo de descaracterização» como a pluralidade e diversidade ameaçadas pela homogeneização e unidimensionalização, devido ao desenvolvimento sócio-econômico e aos processos de comunicação de massa, em níveis nacional e internacional.

Dessa forma, o primeiro fato decorre da perda de equilíbrio dinâmico do processo dialético «pluralidade-homogeneização», devido ao desenvolvimento sócio-econômico e à comunicação de massa.

III

As causas da evasão e da repetência na escola, particularmente nos primeiros anos de escolarização, são atribuídas à alimentação, à saúde das crianças, à falta de preparação dos professores (professores «leigos») e à escassez de recursos das escolas.

A alimentação e a saúde das crianças relacionam-se à qualidade de vida da comunidade, problema de natureza sócio-econômica.

A transformação de professores «leigos» em habilitados envolve investimentos para cursos, que, por sua vez, são formas de ação do próprio sistema educacional. Assim, é um problema de economia da educação como também o é a escassez de recursos das escolas.

Com esse enfoque, as altas taxas de evasão e repetência na escola se inserem em um processo cíclico com o problema

de qualidade de vida e com outros problemas do próprio sistema educacional (treinamento de professores e recursos materiais da escola).

A UNESCO, ao analisar o Programa Experimental de Alfabetização (1965/1975), afirma que 1975, deveria ser considerado como um marco de mudança na ação empreendida pelo Programa.

Para a mudança, o documento resalta quatro princípios: funcionalidade, participação, integração e diversificação.

Funcionalidade, indicando se o processo educativo respondia à vontade de satisfazer as necessidades fundamentais do ser humano, desde as necessidades imediatas de vida até a participação efetiva nas mutações da sociedade.

Participação, significando que um processo educativo não pode ser eficaz se não se realiza com a participação dos educandos, conscientes da necessidade dessa ação pessoal.

Integração, no sentido de que os conhecimentos fundamentais devem encontrar aplicação cotidiana e concreta, em função do nível de instrução e do foco de interesse do aprendiz.

Diversificação, enfatizando-se que se deve pensar em diversos enfoques e não em um modelo único para o processo educativo. Ao contrário, este deve se adaptar às circunstâncias, aos homens e ao marco sócio-econômico e cultural.

IV

A escola, particularmente em comunidades possuidoras de «subculturas» específicas, não satisfaz os princípios enunciados no documento da UNESCO.

Os programas, traduzidos em atividades curriculares normais, indicam uma prática na escola incompatível com tais princípios. Ao contrário, essa prática é indicadora de como se institucionaliza o conhecimento. Essa institucionalização é inadaptable às circunstâncias, aos homens e ao marco sócio-econômico e cultural, e, como resultado, se materializa a má distribuição de oportunidades de educação.

O questionamento das práticas curriculares na escola coloca, em íntima relação, a evasão e a repetência escolares com o fato cultural.

Nesse contexto, as práticas curriculares da escola se desenvolveriam em torno dos objetos materiais e ideais da «subcultura» da comunidade, segundo o quadro conceitual de Barbara Freitag.

A educação se materializaria nas práticas do processo cultural da comunidade. Não seria própria e exclusivamente a permanência ou a mudança de algo. A educação se realizaria no jogo

Continuação da pag - 2

deses contrários que se dialetizam de forma dinâmica.

A escola, com suas novas práticas, dinamiza o processo cultural da comunidade. Ao invés de ser uma instituição cujas práticas são estranhas à comunidade, ela se torna o catalisador dessas práticas. Com essa escola, poderíamos obter a funcionalidade, a participação, a integração e a diversificação.

A solução do problema de altas taxas de evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau baseia-se na mudança das práticas curriculares. Por sua vez, essa mudança tem dimensão cultural. A escola deveria ser um centro dinamizador do processo cultural da comunidade e as práticas curriculares fortaleceriam a pluralidade e diversidade da cultura brasileira, através de um processo educacional que se realizaria no jogo da permanência e da mudança culturais.

V

Fixaremos nossa atenção em um projeto desenvolvido pelo estado de Alagoas, em colaboração com o CNRC e a SUDENE. Esse projeto, denominado de ecológico-cultural, propunha-se estudar o perfil ecológico e cultural da região das lagoas Mundau e Manguba na microrregião de Maceió, tendo em vista o projeto de implantação de um complexo industrial nessa região.

No relatório final estão presentes os dois fatos apontados inicialmente nesse trabalho: a transformação rápida da região em centro industrial urbano, com a conseqüente descaracterização da cultura da comunidade e as altas taxas de

evasão e repetência do 1º grau (da ordem de 50%).

As causas cíclicas da evasão e da repetência são sempre as mesmas: alimentação e saúde das crianças (qualidade de vida), falta de professores habilitados e escassez de recursos das escolas da região.

Ao mesmo tempo, a iminente descaracterização da cultura da comunidade não encontra nas práticas curriculares da escola uma dinâmica social que coloque dialeticamente permanência-mudança.

Nesse caso específico, nossa proposta é clara.

A escola deveria assumir a condução do processo na comunidade, colocando em suas práticas curriculares objetos materiais e ideais da cultura local.

As novas práticas curriculares adotadas pela escola deveriam inserir como pólo dinamizador da cultura local, aplicando-se, nessa prática, os princípios enunciados no documento da UNESCO.

Apesar da relativa escassez de dados relevantes no Relatório final do projeto de levantamento ecológico e cultural de Alagoas, pode-se extrair alguns importantes para as práticas curriculares da escola de 1º grau na região.

Desde que a comunidade é essencialmente de pescadores, conforme relatório, poder-se-ia desenvolver habilidades motoras em atividades curriculares relacionadas com a produção de artefatos de pesca, particularmente no pré-escolar e nos primeiros anos do 1º grau.

A organização escolar e o contexto brasileiro

Maria Luiza Ribeiro
Professora do Curso de
Pós-Graduação em Educação
de Faculdade de
São Carlos - S.P.

Constatção do problema: Consultando-se os documentos legais, desde os mais antigos até os mais atuais, vê-se que está declarado ser a educação um direito de todos.

"A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros que têm por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade é garantida pela Constituição do Império", entre outras maneiras, pela "instrução primária gratuita a todos os cidadãos". (Art. 179, n.º 32/1824 (1)).

De lá para cá este princípio, em seu aspecto legal, foi paulatinamente ampliado quer seja através do complemento da obrigatoriedade como mais recentemente (Lei 5692) através da determinação do limite mínimo em termos de 8 anos de escolaridade e não mais de 4.

Diante deste fato cabe a nós educadores uma observação, com vistas a chamar a atenção de que neste aspecto explícito referente à quantidade (8 anos de escolaridade obrigatória para todos) está implícito outro aspecto referente à qualidade, ou seja, não basta atender a todos em idade escolar, tem-se que atender-lhes adequadamente.

A partir desta observação devemos indagar (e certamente a maioria dos aqui estão já se indagaram a respeito): A organização escolar brasileira tem atendido ou atende a toda a população escolar e os tem atendido ou atende bem?

Com certa rapidez, depois de atarmos para nossa prática escolar, chegamos a uma resposta negativa a uma indagação desta natureza. E esta resposta nos leva a uma outra pergunta: Se não atende, como irá atender?

Estamos, então, diante de um desconhecimento que, enquanto educadores, necessitamos conhecer, por ser insuperável a permanência por muito tempo sob o estado de insatisfação que a tomada de consciência de tal situação provoca no caso de buscarmos o exercício significativo de nossa profissão. Aí está o início ou a continuidade de uma situação de qual participamos como sujeitos e não como objetos indo a reboque dos acontecimentos.

Queremos com isto evidenciar esta situação como uma situação problemática, que depois de captada, exige de nós um repensar, uma reflexão sobre o que já foi feito ou o que se está fazendo, isto é, sobre nossa prática, como condição de construirmos uma teoria, uma orientação para nossa ação futura, que pelo fato de ter tido origem na ação atual e ter sido dirigida a ela terá nela o seu critério de verdade.

Gostaria de ressaltar, a esta altura da exposição, em 1º lugar, que, dada a complexidade da situação, dada a natureza social do fenômeno educacional, esta não é uma tarefa possível de ser realizada individualmente. Ela exige de nós um esforço tal que só poderá ter continuidade se outros refletirem (repensarem) conosco. Dai a necessidade de os professores fortalecerem as suas formas de organização e disporem-se à criação de novas vias de associação.

Em 2º lugar, gostaria de ressaltar que esta atividade teórico-prática nos disvinculará do vício de acreditar que existem soluções completas, acabadas, absolutamente seguras, totalmente corretas. De acreditar também que por isso a nova ação resumir-se-á apenas no enquadramento da realidade à teoria dispensando a reflexão constante, os reajustes, as reformulações. Enquanto estivermos presos a este "vício" continuaremos a agir como se o encontro de soluções e a sua concretização fossem decorrentes de passos de mágica ou então da ação de pessoas mais capazes do que nós, pessoas estas de dentro ou de fora do país, a quem delegamos esta responsabilidade, limitando-nos apenas a aceitar e a executar de forma passiva a tarefa.

As considerações que farei daqui por diante são algumas conclusões a que cheguei, enquanto membro de um grupo de professores e alunos interessados na compreensão da estrutura escolar brasileira. Elas serão expostas como "sementes" lançadas em boa terra das quais se espera muitos frutos", ou seja, espero que sejam debatidas, compreendidas, aceitas e/ou contestadas parcial ou totalmente, rebitadas, em uma palavra, aprofundadas.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Um estudo histórico da organização escolar brasileira nos revela que nas ten-

Infelizmente, o relatório não é informativo em relação à música da região, seus jogos e brinquedos. Pesquisa nesse sentido poderia ser feita a fim de incluir tais atividades no currículo com o objetivo de prontidão para a alfabetização.

A matemática e as ciências poderiam ser desenvolvidas em torno de atividades curriculares relacionadas com o peixe e a flora da região. Nesse sentido, mesmo de forma preliminar, o relatório informa da existência de uma classificação popular, dentro da qual existe toda uma lógica, que poderia ser incorporada ao currículo das primeiras séries do 1º grau.

A área de comunicação e expressão poderia nos primeiros anos do 1º grau incorporar atividades curriculares vinculadas ao resultado da pesquisa sobre música, jogos e brinquedos da região.

O desenvolvimento de estudos sociais deveria se deter, nas primeiras séries do 1º grau, na cultura da região, sua topografia e ecologia. A partir dessas atividades curriculares colocar-se-iam outras ligadas ao processo de mudança (industrialização).

Um currículo que incorporasse os objetos materiais e ideais da cultura da região, tornaria a escola rica em recursos de aprendizagem.

O espaço físico da escola seria um centro irradiador de atividades curriculares, que ocorreriam em toda a comunidade.

O professor, hoje denominado «leigo», passaria a ter competência no

processo, desde que esse traduziria a cultura de sua região. Muitos membros da comunidade participariam do desenvolvimento das atividades curriculares da escola e usufruiriam de seus benefícios.

A escola, em suma, seria um centro dinamizador do processo educacional, caracteristicamente cultural, na dialética permanência-mudança.

VI

Nossa proposta coloca a escola como uma instituição dinamizadora da cultura da comunidade, desenvolvendo um processo dialético de permanência-mudança dos valores dessa cultura, a fim de contribuir para a afirmação da cultura brasileira.

Os quatro princípios enunciados no documento da UNESCO se concretizam em práticas curriculares baseadas na cultura da comunidade.

A evasão e a repetência escolares diminuiriam, porque as mudanças propostas da prática da escola, tornariam esta mais fática com a cultura da comunidade.

Ao mudar essas práticas, eliminamos fatores como escassez de recursos da escola e falta de habilitação dos professores.

Pensamos que a escola em uma comunidade deve ser um fator de melhoria da qualidade de vida da população, e não depender da mesma para atuar de forma eficiente. Acreditamos que a mudança de prática da escola diminuirá a evasão e a repetência, criando assim melhores condições para o aumento do nível da qualidade de vida da população.

tativas de solução acontecidas acabava-se por privilegiar ora a qualidade, ora a quantidade.

E assim que durante a Monarquia existiram pessoas ligadas ao poder que evanciavam a carência tanto numérica quanto do chamado nível de formação possibilitada pela escola brasileira em seus três graus (3).

Mas pela base escravocrata da sociedade da época, bem como de seus padrões aristocráticos acabamos por dar enfase para a qualidade, pois a escola era para alguns, já que o escravo (e semi-escravo) não tinha direito a ela.

O aspecto da quantidade realmente se reveste do caráter de problemática a partir da proclamação da República quando, não só a abolição do regime de trabalho escravo já havia sido legalmente acontecido como também pela mudança do regime político ficava implícita a necessidade, pelo menos em seu aspecto legal, a tomada de medidas que visassem destruir os padrões aristocráticos em prol dos democráticos.

O conflito de princípios que ocorre daí por diante evidencia ainda mais como no período anterior (monárquico) e ainda nesse (início da república) privilegiou-se a "qualidade". E assim que encontramos discursos de elementos conservadores onde é apontada como causa da queda do nível do ensino e chamada "democratização" do mesmo, iniciada vagarosamente com a ampliação da escola pública republicana. (Alguns educadores se perguntam se em verdade a escola brasileira teria atingido este tal nível.)

Encontramos denúncias feitas pelos políticos da 1ª República quanto ao alto grau de analfabetismo da população o que precisava ser resolvido já que se constituía numa vergonha nacional.

Passa-se, desta forma, a privilegiar o elemento oposto — a quantidade.

Os educadores de profissão, dentre os quais Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourença Filho, que a partir da década de 20 assumem a liderança do processo de crítica e proposição de soluções e tomadas de medidas concretas visando estas mesmas soluções dos problemas educacionais, já chamam a atenção para o fato da solução implicar não apenas em medidas que visem a am-

pliação das vagas mas também naquelas que reestruturam a própria vida escolar no seu conjunto incluindo reformulação dos objetivos e métodos do ensino.

Apesar desta atuação dos educadores ter-se intensificado constantemente até o início dos anos 60, o otimismo inicial de que tal reestruturação se imporia num tempo muito curto, já que atravessávamos, depois de 1930, instantes significativos no processo de transformação da sociedade brasileira de base agrário-comercial para urbano-industrial a exemplo do que ocorrerá nos países desenvolvidos, foi sendo comprometido. Foi sendo desfeita a ilusão de que a nossa história era a repetição da história de tais países. Foi sendo desfeita a ilusão de que o que diferencia os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos era apenas uma questão de fase e que "queimando etapas" nós chegaríamos mais rapidamente a esta nova condição.

Desta visão ainda superficial da realidade, diríamos hoje, decorreu uma teoria educacional inadequada e por isso concretamente as transformações mais significativas na organização escolar brasileira continuaram dizendo respeito à sua expansão quantitativa. Foi assim que medidas tomadas não para durar acabaram durante a exemplo daquelas que com o objetivo de atender a mais pessoas levou a uma diminuição do horário escolar de 4 para 3 e até para 2 horas diárias na escola primária. E até hoje escutamos opiniões como esta de que o aumento de escolas e consequentemente de alunos foi feito ou está sendo feito com o sacrifício da qualidade e apontando para soluções, que nitidamente conservadoras, elitistas, em termos do sacrifício oposto, ou seja, da quantidade pela qualidade.

Gostaria, agora, de assinalar que esta constante oscilação decorre de aceitação sem maiores discussões, da impossibilidade do atendimento a um só tempo desses dois aspectos. Não se coloca em questão as razões da impossibilidade, admite-se como uma fatalidade. Por sua vez isso vem em consequência do «vício» de tentar compreender e intervir na organização escolar isolando-a do contexto social do qual ela é parte e que

Continuação da pag - 3

lhe dá significação, bem como de outro «vício» de acreditar que a relação entre eles se dá de forma imediata.

Encaminhamento da Solução

Uma das condições indispensáveis para a superação deste impasse está na atenção aos elementos mediadores presentes nessa contradição entre quantidade e qualidade.

Uma outra condição é referir tanto os elementos da contradição como os mediadores ao contexto social.

Senão vejamos:

Uma das causas apontadas para o impasse é de natureza econômica. Não existem recursos financeiros suficientes para aumentar satisfatoriamente: 1º) o nº de salas de aula e para repará-las; 2º) o nº de pessoas para as funções administrativas, docentes e de conservação do patrimônio; 3º) pagamento de salários condignos, etc.

É uma antiga reclamação esta da falta e/ou da má distribuição das verbas dedicadas à educação. (É este aspecto do problema, que diz respeito à má distribuição e às vezes até ao desperdício em algumas escolas ou em certos graus escolares em sacrifício dos demais, nada mais é do que uma particularização do problema que estamos discutindo.)

O que vem sendo, com o passar do tempo compreendido, com maior clareza são as razões desta insuficiência de recursos que em verdade não é apenas em relação à educação, e sim, uma coisa que atinge também os outros setores e que aponta para determinadas características da vida econômica da nação.

Vem-se superando aquela visão simplista de que tudo se explicava por ser o Brasil fatalmente um país pobre, em decorrência de sua natureza essencialmente agrícola, de população de maioria mestiça ou de clima tropical quente, o que nada se tem a fazer senão aceitar resignadamente. Esta visão vai sendo substituída pelo entendimento de que tal pobreza é produzida e que em verdade já de longa data, ou melhor, desde nossa origem, vem contribuindo para o aumento da riqueza de outras nações. Vejamos o caso do ouro brasileiro e sua importância no desenvolvimento industrial inglês que por ser um ex., do séc. XVIII e se referir à Inglaterra, que já perdeu o seu papel de liderança no desenvolvimento do capitalismo internacional pode ser citado, acredito, sem maiores implicações. Sendo então produzida e não natural, podemos interferir neste processo e produzir riqueza.

Vem-se constatando também que esta generalização da pobreza (país pobre) bem como o seu oposto (país rico) ou quase rico, não tem a verdade de que não se pode falar nem de uma ou de outra da população do país como um todo. A pobreza se refere à maioria da população e a riqueza, quando referida, à minoria.

Este documento é fruto da discussão de um grupo de educadores preocupados com questões de política educacional. Dentre os inúmeros problemas da educação brasileira, consideramos que o caráter seletivo que assume o ensino entre nós constitui um dos aspectos centrais dessa política pelo fato de que, em nossa sociedade, e nos definimos a favor de um ensino democrático.

Embora não ignoremos que os problemas que se manifestam na área educacional refletem uma realidade social mais ampla, acreditamos que ela ainda conta com certo espaço próprio, que lhe permite relativa autonomia na determinação do sentido de sua ação na sociedade global. Assim, a tarefa de promoção de um ensino democrático deve ser entendida como estreitamente ligada ao esforço da democratização da sociedade como um todo.

Partiremos do exame da situação atual do ensino para propor:

a) a tomada de posição dos educadores diante das questões levantadas; e b) a necessária organização desses profissionais para que essa tomada de posição se manifeste e se constitua em

partir deste instante, compreende-se que a insuficiência de recursos para a educação se relaciona à orientação seguida na política econômica que contribui para a concentração de renda em mãos de pequenos grupos interno e externo ao país.

Constitui-se assim, uma nação que pela característica de sua estrutura econômica define-se não para si mas para atender interesses alheios, ficando, desta forma comprometidos os serviços que requerem redistribuição de recursos, como é o caso da educação.

Outra das causas, outro dos elementos mediadores, na solução da contradição quantidade - qualidade, é a teoria educacional.

Para que se possa discutir tal aspecto da situação necessário se faz que sejam colocadas algumas ideias preliminares.

Sabe-se que toda ação humana se realiza sob a orientação de finalidades que se intenta concretizar. Sem entrar em outras considerações possíveis, quando este tema é abordado, gostaria de lembrar em 1º lugar que estas finalidades fazem parte do que chamamos projeto, isto é, uma antecipação (ideal) da ação futura desejada. Em 2º lugar para que se atue de maneira cada vez mais satisfatória, necessário se faz que tenhamos clareza destas finalidades, do porquê estamos agindo desta e não de outra forma, isto é, que tenhamos participado efetivamente (reflexivamente) tanto do processo de sua elaboração, bem como da sua concretização, o que exige constantemente, maiores ou menores, reformulações.

Evidencia-se desta forma uma proximidade, ou melhor, uma integração, uma unidade entre prática e teoria.

No entanto, quando se faz um estudo histórico da organização escolar brasileira constata-se não esta unidade mas sim uma dicotomia, um distanciamento muito grande entre elas. E a dualidade entre «os valores proclamados e os valores reais», fenômeno evidenciado de muito pelos educadores como Anísio Teixeira.

Porque existe essa grande distância entre o que acontece no dia a dia escolar e o que deveria acontecer, segundo as leis, segundo os planos educacionais?

Retomando uma ideia já exposta na 1ª parte deste trabalho, diria que isto acontece porque a teoria tornada lei ou pomenorizada nos planos, não é adequada a uma ação satisfatória por não ter sido dirigida a ela.

Em verdade na grande maioria das vezes as ideias educacionais tiveram origem em outras práticas e foram dirigidas a outras práticas propriamente educacionais de outros países e imitadas por nós ou mesmo práticas de outras áreas das ciências humanas aplicadas a

educação também de forma ingênua dando origem aos «ismos» em educação e as conseqüentes flutuações de um para outro: do psicologismo, para o sociologismo, por exemplo, desta para o economicismo, etc. (3).

Um exemplo ao qual sempre faço referência, quando da discussão deste mecanismo de transplante cultural, por retratá-lo de forma mais evidente, é o que aconteceu no Colégio Pedro II, criado em 1837 sob influência do modelo francês. Em 1854 ocorreu o seguinte, segundo relato de M. de Lourdes M. HAIDAR em seu livro Ensino Secundário no Império «(...) Evidenciando contudo a fiel e cega observação aos compêndios adotados, ignorava o programa de geologia, as particularidades do solo brasileiro enquanto tanto inclui o estudo cuidadoso do terreno parisiense» (p. 117). Talvez hoje se tenha mais cuidado, dissimule-se melhor.

Seria de todo necessário destacar que já o fato de hoje se ter consciência deste mecanismo indica a conquista de alguma condição de superação e nos alerta para o simplismo do raciocínio de que tudo ou a história se repete. A tomada de consciência não é condição suficiente mas é condição indispensável para que se consiga a transformação da realidade.

Os próprios insucessos decorrentes da aceitação tranqüila deste mecanismo de transplante cultural, bem como as transformações concretas ocorridas apesar desta teoria ou possibilidades em partes com sérios limites por esta própria teoria, tornaram possível tal tomada de consciência e tornaram possíveis, também, as tentativas de elaboração e existência de uma teoria mais autêntica mesmo que por curto período de circunscrições a regiões ou determinadas escolas.

Não estou, com isto, querendo negar de forma absoluta a contribuição estrangeira em educação ou das ciências humanas. O que estou ressaltando como ineficaz é, digamos, a apropriação inébita, ingênua, a crítica de tal contribuição fazendo com que a teoria passe a ser vista como coisa necessariamente afastada da prática, que na maior parte das vezes acaba por dificultar esta mesma prática, passando, a teoria, a ser sinônimo de verbalismo.

A constatação deste fenômeno de transplante evidencia uma relação, evidencia ser em verdade um reflexo ao nível das ideias e instituições daquele fenômeno caracterizado na economia, quando da discussão dos recursos financeiros como um dos mediadores, de estar voltada para o atendimento de interesse alheio. O modelo externo é assumido ou reproduzido internamente como mais uma das manifestações de uma sociedade que não tem razão de ser em si.

Desta forma evidencia-se a afirmação feita anteriormente de que não pode haver uma compreensão da organização

escolar se a isolarmos do contexto. Percebe-se que os elementos mediadores, como os da contradição quantidade - qualidade não podem ser isolados uns dos outros.

Considerações Finais

Do que foi dito espero ter deixado claro que entendo que a solução do problema expresso na questão "Como conseguir que a escola brasileira atenda a todos e os atenda bem?" se integra num processo em curso, com seus avanços e recuos, é certo, que implica na solução do problema fundamental da sociedade brasileira em termos da superação da condição de sociedade para outro. É a busca de sua, ou melhor, da nossa autenticidade, da categoria de sociedade para si. Uma autenticidade que integra toda a população, é bom frisar.

Esta visão do problema educacional não isolando do contexto nos tira da influência tanto do otimismo pedagógico ingênuo — que acredita que a educação tudo pode, como o pessimismo da mesma natureza que acredita que ela nada pode.

Constatamos que a educação, em especial a educação escolarizada, não é um elemento primordial nas transformações sociais uma vez que suas características fundamentais são determinadas por elementos extra-educacionais.

Cabe a cada um de nós educadores, não apenas individualmente mas sobretudo coletivamente, a busca da compreensão e exploração destas possibilidades existentes.

Penso que não temos direito de deixar de fazer o pouco, de não dar a ele o seu devido valor no processo de transformação, porque nos mantemos ainda na ilusão de que um dia vamos fazer tudo de uma vez (otimismo) ou na ilusão de que não sendo possível este tudo, o pouco nada vale (pessimismo).

Sabemos também que esta determinação não é absoluta havendo uma autonomia relativa da organização escolar não só em termos do estardamento ou aceleração de transformações que não tiveram origem nela, como ainda pela possibilidade que ela traz em si, mesmo que mínima da crítica do status quo ou seja de instrumento também da tomada de consciência tanto da necessidade como da possibilidade de mudança.

(1) Citado por M. Luísa S. RIBEIRO História da Educação Brasileira, Pág. 26

(2) Quanto a isto pode ser consultada a obra do Primitivo MOACYR, a Instrução e o Império, onde constam os relatórios da época.

(3) Quanto a este assunto — Flutuações da consciência pedagógica — há um artigo muito interessante de Luiz B. L. ORLANDI. «O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações», Rev. Educação - Hoje, mar./abr. 1969.

Carta de Princípios

uma forma de pressão sobre as pessoas e os órgãos que decidem os rumos de nossa política educacional.

As questões focalizadas a seguir não devem ser entendidas apenas em sua especificidade, mas, sim, vinculadas à problemática mais ampla da democratização do sistema educacional, em suas duas dimensões básicas: a democratização do acesso à escola e a democratização do conteúdo do ensino. Estas dimensões devem estar presentes em qualquer esforço de democratizar o sistema educacional.

QUANTO AO ACESSO À ESCOLA, LEVANTAMOS AS SEGUINTEs QUESTÕES:

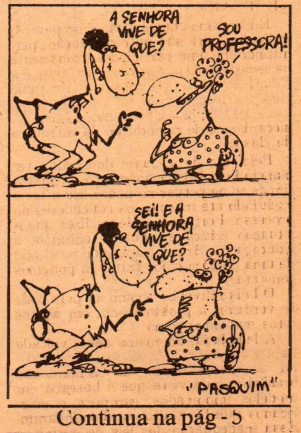
a) inexistência de um ensino pré-escolar gratuito e de fato acessível — social e fisicamente — as crianças das classes de renda baixa.

b) a permanência da evasão e reprovação — associadas ao patuismo econômico e cultural, no ensino elementar, principalmente em suas séries iniciais.

c) o crescente aumento da privatização do ensino supletivo, criando uma situação que penaliza pela segunda vez

aqueles alunos mais pobres, os quais não tiveram acesso à escola regular, ou dela foram expulsos prematuramente.

d) a lusória profissionalização do ensino de 2º grau que faz com que, na prática, as camadas privilegiadas continuem a preparar seus filhos para a universidade através do ensino particular sob rótulos aparentemente profissionalizantes. Na escola pública, por sua



Continua na pag - 5

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 4

Carta de princípios

vez, as disciplinas de formação geral tiveram sua carga horária diminuída em benefício de matérias pseudo-profissionalizantes, o que dificulta o ingresso, nos cursos superiores de grande parcela do alunado que não dispõe de recursos para suprir as falhas da sua má formação com cursos preparatórios ao vestibular.

e) a exigência legal de profissionalização do 2º grau que não leva em conta o fato de que a maioria da clientela escolar deixa a escola antes de completar sequer o 1º grau e ingressa prematuramente no mercado de trabalho sem ter um mínimo de qualificação para tanto.

f) a proliferação distorcida do ensino superior pago, visando a atender a demanda por mais vagas uma vez que o ensino público de melhor qualidade continua acessível somente a uma minoria de estudantes.

QUANTO AO CONTEÚDO DO ENSINO VERIFICAMOS QUE:

a) Os critérios de seleção do conteúdo do ensino, herdados de tradições europeias e norte-americanas, têm pouca relação com a realidade social e cultural da maioria da população brasileira.

b) O currículo que é ensinado na escola e o próprio ambiente escolar procuram levar os alunos a aceitar submissamente o que a sociedade lhes reserva, sem permitir que adquiram, elementos para lutar de forma mais crítica.

c) Os padrões de competência previstos pelos currículos e exigidos nos exames e provas são próprios de uma classe de estudantes que já traz de casa a base de conhecimentos e o tipo de atitude aprovadas pela escola. Assim, a maioria dos alunos é levada a crer que seu insucesso deve-se à sua má atuação escolar e não à dissociação entre o que é ensinado na escola e sua origem social.

d) O sistema de ensino favorece o individualismo e a competição, ao invés de desenvolver a colaboração e a solidariedade.

e) A escola tem concorrido para a reprodução de dependência cultural e econômica do país em relação aos centros mais desenvolvidos, já que não tem promovido a pesquisa, o desenvolvimento e a transmissão de um saber e de uma

tecnologia voltados para as reais necessidades da população brasileira.

f) A preocupação com a adequação e a relevância do conteúdo tem sido deixada de lado em virtude da exagerada atenção que por vezes se dá aos problemas de métodos e técnicas, como se a simples inovação metodológica pudesse substituir a reforma do conteúdo.

QUANTO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS QUE ATUAM EM EDUCAÇÃO, OBSERVAMOS QUE:

a) A reduzida importância que tem sido atribuída à educação, sobretudo nos graus mais baixos de escolaridade, tem acarretado uma deterioração da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos professores.

b) Em virtude dos baixos salários, do excesso de aulas que devem dar, de impossibilidade de contar com material didático adequado e da dificuldade de integrar seu trabalho aos dos demais colegas, os professores, mesmo os mais capazes, vêem-se impossibilitados de desempenhar-se satisfatoriamente de suas funções.

NOSSA PROPOSTA

Propomos uma tomada de posição a favor e em defesa da democratização da educação em todos os seus níveis. Entendemos por escola democrática aquela que é de fato acessível a todos e cuja ação vem de encontro às necessidades e anseios da maioria. Consideramos portanto que essa democratização se substancia:

a) na revisão dos processos de admissão e no fortalecimento de medidas que assegurem a permanência na escola de camadas cada vez mais representativas da população;

b) na redefinição das prioridades conferidas atualmente aos diferentes graus de ensino, tendo em conta as necessidades mais prementes dos níveis educacionais que atendem primordialmente às camadas majoritárias da população;

c) o reconhecimento da importância do papel do Estado na oferta de um ensino mais acessível a todos;

d) na reavaliação dos conhecimentos transmitidos pela escola visando a aquisição de uma forma de saber inte-

grado, não segmentado, que possibilite relacionar os casos particulares a uma compreensão mais global e crítica do todo que elas se inserem;

e) na revisão dos critérios de seleção e dosagem dos conteúdos curriculares de modo que o conhecimento veiculado através da escola, valorize efetivamente a contribuição das diferenças no modo da população para a vida social, e que se estabeleçam padrões de desempenho compatíveis com as características de rendimento apresentadas pela maioria da população, ao invés simplesmente de atender às características de uma minoria privilegiada;

f) na melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos profissionais de educação, sobretudo dos professores, e na implementação de medidas que disciplinem o ingresso e a carreira desses profissionais de modo compatível com sua formação e com os reais critérios do ensino.

Em vista desses problemas, não basta que cada educador em particular reflita sobre essas distorções e sobre sua prática dentro da educação. É preciso, em alem, ou seja, organizarmos-nos como grupo a fim de que o processo de discussão conjunta e a adoção de princípios comuns nos permitam tentar retomar nosso controle sobre essa prática individual e muitas vezes fragmentada.

Via de regra o educador tem sido levado a pensar na sua atividade estritamente em termos psicopedagógicos. Essa perspectiva, no entanto, tem-se mostrado limitadora porque não conduz a consideração de uma série de fatores que atuam no sistema educacional determinando suas orientações básicas. Esse fato, aliado ao padrão autoritário de nossa vida social e política, tem aliado sistematicamente os educadores das decisões mais globais da política educacional. Os rumos desta última têm sido definidos por uma tecnoburocracia sem que aqueles que trabalham nas escolas possam sequer se manifestar acerca de fatos cruciais para sua vida profissional.

Para compreender com clareza essas questões é preciso que aprendamos a pensar na nossa prática em termos políticos, ou seja, nos reflexos que ela

tem sobre a sociedade em seu conjunto e nas determinações que ela sofre dessa sociedade, deixando de lado a perspectiva do magistério como «sacerdócio», visto que as soluções propostas na base do «idealismo do professor» têm se mostrado de todo insuficientes para resolver os problemas cotidianos.

Em vista disso, o presente documento finaliza com a proposta de criação de uma entidade que congregue todos aqueles que trabalham na educação e se dispõem a juntar esforços para conduzir a efetiva realização do ideal democrático do ensino.

Entre suas finalidades principais, caberia a essa entidade:

a) ocupar o espaço que existe no campo da educação para uma reflexão acerca do seu papel na sociedade brasileira hoje; essa «ocupação», que inclui necessariamente discussões e estudos, não se limitaria a estes, mas deveria levar a uma clara tomada de posição em favor de uma proposta educacional nos termos do presente documento;

b) divulgar essa posição dos mais diversos modos, com o objetivo de conseguir a adesão e a participação de setores cada vez mais amplos de professores, técnicos, planejadores, etc., bem como da opinião pública em geral;

c) criar fóruns e canais que permitam manifestar essa posição e exercer pressão e influência sobre as decisões educacionais;

d) apoiar todas as outras entidades e iniciativas que propugnem pela democratização da educação, inclusive as de caráter especificamente reivindicatório e representativas de diferentes categorias de profissionais da área, pois a melhoria das condições de trabalho e uma das condições necessárias a essa democratização.

Seriam membros potenciais da entidade todos aqueles que trabalham com educação formal nos diferentes níveis de ensino, seja nos sistemas ditos regulares ou «paralelos», bem como os que se dedicam à pesquisa, documentação e divulgação do fato educacional, e que fizerem sua adesão à proposta delineada neste documento.

CONCLUSÃO DO I SIMPÓSIO DE ENSINO NO D.F.

O 1º Simpósio de Ensino no DF, que congregou professores do 1º, 2º e 3º graus, teve como objetivo levantar e discutir os problemas que vêm afetando todo o sistema Educacional Brasileiro.

Após 4 dias de conferências, mesas-redondas, debates em grupos e participantes em relatórios, os professores participantes do Simpósio vêm através deste documento, levar a público as propostas de soluções para os problemas levantados.

Ao se discutir Educação, com tudo que lhe é inerente, ou seja, seu papel social, sua ideologia, sente-se necessidade de, antes, conceituar o que seja «EDUCAR».

Entendemos que educar é preparar o indivíduo para sua auto-realização, permitindo-lhe uma participação consciente na sociedade. O que se vê, no entanto, é a Educação sendo utilizada como o mais eficiente instrumento de veiculação de ideologias da classe dominante, criando mecanismos de reprodução da estrutura de classe.

Pelo fato de a classe dominante ter planejado a Educação com o exclusivo fim de se perpetuar no poder, ela o fez, excluindo até mesmo os educadores do processo. Portanto, pode-se dizer que a situação crítica em que se encontra a Educação no Brasil, é apenas o resultado de uma política cujos frutos já podemos constatar.

O baixo nível do ensino no país pode ser verificado, a grosso modo, em alguns fatos evidentes como:

A legislação do ensino não é voltada para a formação de uma escola que atenda às necessidades da comunidade brasileira; haja vista que é baseada em modelos importados, europeus e americanos que há muito os abandonaram. Essa inadequação das leis de ensino, é

agravada pela escassez de verbas destinadas a sua aplicação. Estas verbas diminuem de ano para ano, enquanto que a clientela escolar aumenta. O resultado é a diminuição da relação cruzado educando.

Apesar das estatísticas divulgadas por órgãos oficiais darem ciência ao aumento do número de alunos a cada ano, esta clientela representa uma porcentagem cada vez menor em relação ao aumento da população em idade escolar.

O efeito mais imediato deste mecanismo é o crescente número de analfabetos do país. Este número é obtido com a soma da clientela mal atendida, mais a que está em idade escolar, não atendida, e mais ainda os atendidos pelo Mobral. Citamos o Mobral, porque, de acordo com a ONU, alfabetizada está a pessoa que lê, interpreta o que lê, e se expressa através da escrita. Neste quadro, apenas uma minoria consegue se alfabetizar, graças à inexistência de um ensino pré-escolar e de 1º grau gratuitos, e de fato acessível, social e fisicamente, e à existência de evasão e da reprovação, associados ao pauperismo econômico cultural.

A privatização do ensino supletivo, em crescente aumento diminui ainda mais as probabilidades dos alunos pobres que não tiveram acesso à escola regular ou dos que dela evadiram.

O 2º grau, profissionalizante, não profissionaliza e impõe ao difícil o ingresso nos cursos superiores de grande parcela do alunado, que não possui recursos para suprir as deficiências de sua má formação nos chamados «cur-sinhos», os quais também não educam.

A escola particular, aparentemente profissionalizante, faz com que as classes privilegiadas continuem a preparar seus filhos, fazendo com que apenas eles tenham acesso à Universidade, con-

tribuindo desta maneira para sua elitização.

O ensino profissionalizante tende a alienar mais ainda o aluno, quando eliminou de seus currículos, já falhos, disciplinas que poderiam dar-lhes maior visão crítica da sociedade em que vive, como sejam: História, Sociologia, Filosofia, substituídas por OSPB, Moral e Cívica, etc.

O sistema faz acreditar que a escola constitui canal de ascensão social. Por outro lado, esta escola, através de cursos falhos, currículos inadaptados, professores mal remunerados, forma alunos incapazes para o exercício da profissão, e portanto sem possibilidade de ascender socialmente. Logo, este canal de ascensão que lhe é oferecido não passa de uma ilusão. Ao mesmo tempo, induz professor e aluno a crerem que este fracasso é fruto de sua própria incapacidade e não da ineficiência do sistema implantado.

O atual sistema de ensino favorece o individualismo e a competição, ao invés de desenvolver a colaboração e a solidariedade. Um indivíduo, assim formado, sente naturalmente dificuldade de se reunir, se associar, se unir a outros num trabalho pelo bem comum. Isto fere frontalmente até mesmo a legislação vigente, que define educar, como formar indivíduos capazes de exercer seu papel na sociedade como cidadãos conscientes.

Os critérios de avaliação, adotados nas escolas, funcionam como mais um instrumento de seleção daqueles que se adaptam aos padrões de desempenho definidos, segundo interesses da classe dominante, não respeitando as características individuais e peculiares de cada região. Existe, além disto, a recuperação que se transformou em mais uma forma de falsear a realidade, já que leva à aprovação em massa, propor-

cionando desta maneira estatísticas que levam a acreditar na eficiência do sistema educacional.

O professor, juntamente com os demais assalariados, sofre uma marginalização crescente face à remuneração irrisória que recebe. Esta situação agrava, quando temos o crescimento acelerado de uma inflação que avilta mais ainda seu salário.

Uma remuneração justa cumpriria seu papel de garantir a sobrevivência do trabalhador, além de servir com uma forma de dar segurança ao que vive de salário.

O professor, como qualquer trabalhador, precisa investir em seu aperfeiçoamento e atualização. Necessita sobretudo da perspectiva de ascender em sua carreira profissional. Este profissional, especificamente o do DF, vê-se limitado por três classes estanques: A, B e C, mais os pseudo-incentivos, os quais incidem somente sobre as 20 horas semanais, mesmo que se trabalhe 40 horas. Além disto, devido à extenuante carga horária a que vê obrigado submeter-se, para sobreviver, o professor é impedido sobretudo de acompanhar o evolução dos conhecimentos na área em que trabalha.

É profundamente arbitrária e por isso injusta a disparidade existente entre os salários dos professores classe A e B e C. Não se deve levar em conta, para renumerar, somente o nível de escolaridade do profissional, mas também o esforço despendido e a responsabilidade da tarefa levada a termo, (vide exemplo no professor classe A).

O Professor da FEDF é contratado pela CLT. Segundo esta mesma CLT, ele deveria receber seu repouso semanal

CONTINUAÇÃO DA PAG. 5

Conclusão do I Simpósio de Ensino no D.F.

remunerado, e se trabalhando a noite, deveria ter seu salário crescido do adicional pelo trabalho noturno, após as 22 horas, como faculta a lei, a todo assalariado.

Além dessas arbitrariedades, o professor, pressionado pelos baixos salários é obrigado a trabalhar em dois turnos, ou seja, 40 horas, tendo a garantia de apenas 20 horas, podendo assim ter seu poder aquisitivo, de uma hora para outra, reduzido à metade. Isso sem contar as horas de trabalho para a preparação das aulas, de material, de correção das atividades extra-classe e provas, além de trabalhos de secretaria, para os quais o professor utiliza horas vagas e até mesmo o seu repouso semanal, não remunerado.

Ainda sobre problemas específicos do professorado da rede oficial do DF, temos como mais um fator que impede o bom desenvolvimento de seu trabalho, a estrutura administrativa da FEDE. Por exemplo: a ideia de descentralização através dos Complexos pode ser considerada válida. Discorda-se da maneira como vem sendo aplicada. Ao mesmo tempo que pressupõe uma descentralização, o que ocorre na prática é a centralização exagerada em termos de decisão, o que gera uma estrutura autoritária, na qual o papel dos diretores de complexo e das unidades escolares passa a ser de executivos, das determinações impostas pela administração da educação, professor e aluno.

Os Complexos devem ter independência financeira e sua formação tem que ser feita a partir das bases para o pico e não, de cima para baixo.

Tanto diretores de Complexo quanto de unidades escolares, assim como todo o corpo de apoio pedagógico administrativo têm que ser escolhidos a partir de um critério que não seja somente o de entregar tais cargos a pessoas que, de pré-requisito básico, apresentem somente o fato de serem de confiança da administração da FEDE.

O professor brasileiro não possui um Estatuto do Magistério que regulamenta sua profissão adequadamente. Este profissional vem sofrendo concorrência de outros profissionais inabilitados para o exercício do Magistério.

Dentre os fatores que vêm sendo distorcidos pelo Sistema Educacional, está o desvirtuamento da APM. Esta entidade foi criada com o fim de integrar Escola e comunidade. A APM, atualmente, só se presta à manutenção financeira da Escola e quando muito à participação em festas e comemorações, fugindo à sua finalidade que é colocar a comunidade integrada à Escola.

A gratuidade do ensino não pode permitir à instituição de taxas. É encargo do Governo o ensino gratuito. Não é a comunidade que deve suprir a falta de verbas.

Diante dos fatos expostos, ao longo da análise feita sobre o nível de ensino no Brasil, que constatamos em situação crítica, nós, professores, nos sentimos no dever de, através deste documento, alertar a comunidade e as autoridades educacionais a fim de que tomem providências urgentes e efetivas para a modificação do atual quadro da Educação brasileira.

Neste sentido propomos:

- que a Legislação do ensino seja voltada para o atendimento das necessidades reais da comunidade, a partir de um estudo profundo de suas características;

- que na elaboração desta legislação participem a comunidade e os educadores;

- que esta participação se dê através de suas entidades de classe;

- que haja uma democratização do ensino (por mais escolas, mas verbas para a Educação, por currículos que atendam as necessidades sociais);

- que o Estatuto do Magistério seja reformulado. E que desta reformulação, participe o professor, seu principal interessado;

- que a educação, como uma das metas prioritárias do Governo, receba a atenção que lhe é devida como tal;

- que o professor perceba salário digno que lhe garanta a sobrevivência e o desempenho eficaz de seu trabalho;

- que o professor tenha estabilidade salarial, através da efetivação do contrato de 40 horas semanais;

- que sejam propiciados ao professor, meios que lhe permitam atualizar-se, instrumentalizar-se, enfim aperfeiçoar-se profissionalmente;

- que os professores em exercício docente se façam presentes no Conselho de Educação Regional e que esta participação seja feita por professores escolhidos por sua Entidade representativa;

- que os Complexos e Unidades Escolares tenham autonomia financeira, decisória e sejam dirigidos por um Conselho Diretor formado a partir de consultas, em princípio, feitas ao corpo docente e à comunidade;

- que a APM assuma seu papel de participação nas decisões, e não de financiadora do Ensino.

ENTIDADE DE CLASSE

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no qual a sociedade se encontra organizada em classes antagônicas, se vê diante de uma realidade econômica, caracterizada principalmente pela dependência do capital estrangeiro e pela má distribuição de renda. Estas características trazem, como consequência, uma ordem social injusta, que se evidencia claramente, quando se constata a existência de uma pequena elite com acesso a um padrão de vida próprio dos países desenvolvidos,

enquanto que a maioria da população permanece sobrevivendo em condições subumanas. Para manutenção desta situação, a classe dominante, através do poder do Estado, mantém um aparato repressivo que visa impedir as camadas oprimidas se organizarem em entidades fortes e realmente representativas. Para isso, lançam mão de uma legislação criada exclusivamente com a finalidade de controlar a ação destas entidades, contando para isto com a colaboração dos dirigentes destas organizações, que entregam a categoria à manobra do patrão.

É dentro deste quadro, que se coloca a necessidade de Entidades de Classe fortes e representativas, que conquistem o espaço político que lhes é próprio e, desta maneira, façam frente ao aparato do Estado e garantam a participação do trabalhador nas decisões. Na medida em que isto se efetive, criar-se-á condições concretas para que se modifique a correlação de forças a favor das massas trabalhadoras, o que lhe proporcionará maior poder de barganha na luta por melhores condições de trabalho e vida.

Com relação à representatividade de uma entidade, durante as discussões realizadas no Simpósio, ficou claro que ela somente existirá a partir do momento em que possuir canais de participação e expressão da categoria. Isto é, na medida em que se democratiza, cabe à diretoria, o papel de, além de criar estes canais e encaminhar as decisões da maioria, aprimorar a formação política de seus membros, promovendo Palestras, Simpósios, Congressos, Conferências, Assembleias etc, que serviriam também como meios de mobilização e organização da categoria.

É no aprofundamento das discussões sobre reivindicações específicas, que se desenvolve a consciência de classe, e se supera o caráter corporativista e assistencialista, pois estas discussões posicionam por si só um fundo político, pois as questões da luta de classes são resolvidas a nível de Estado, onde se dão as decisões políticas. Por exemplo, a luta por melhores salários nada mais significa, do que a luta pelo fim do arrocho salarial imposto por uma política de sustentação do poder.

Na medida em que uma Entidade se consolida e se fortalece, avançando para discussões de questões mais abrangentes, tais como liberdades de organização e expressão, anistia, direito de greve etc, está se somando à luta das demais categorias profissionais.

Diante do anteriormente exposto, vê-se como real necessidade e com urgência, devido ao momento político que vivemos no país, a viabilidade de criação de uma Entidade a nível nacional, solidariamente apoiada nas bases, isto é, nas organizações a nível local, que centralize, am-

plie e leve adiante as lutas de caráter geral.

Especificamente, nós professores, vemos, como alguns dos pontos de aglutinação das diversas entidades a nível nacional, as questões:

A definição da Política Educacional do Governo, que determina as diretrizes e normas de funcionamento do Ensino no Brasil, e portanto responsável por todos os problemas levantados anteriormente no item: Nível de Ensino.

A política sócio-econômica do Governo, que determina os níveis salariais e a estrutura sindical vigente. Portanto, como educadores, trabalhadores assalariados, nos sentimos no dever e no direito de participar na elaboração destas Leis, e vemos como único veículo de expressão e instrumento de pressão as Autoridades Governamentais do país, uma Entidade que congregue os professores a nível nacional.

Concretamente, durante os debates ocorridos no Simpósio, onde estavam presentes representantes de outros Estados, pôde ser constatado que é uma aspiração também destes Estados, ali oficialmente representados, e nos quais inclusive, já se havia aberto a discussão sobre a melhor maneira de se encaminhar o processo de formação desta Entidade. Estando marcado um Congresso de Professores a nível nacional onde se discutirá amplamente a questão, a ser realizado em São Paulo, provavelmente no mês de abril de 1979.

Particularmente, sobre entidade de classe, membros da APPDF, presentes, chegaram ao consenso de que uma entidade desta natureza somente terá sentido se realmente representativa. Para isto deverá estar apoiada em entidades a nível local, ou seja, ser criada de baixo para cima, o que não significa que só poderá se concretizar a partir do momento em que cada Município tenha sua entidade representativa, pois a partir de sua formalização e mesmo durante o processo desencadeado para tal, ela atuará no sentido de se promover a criação destas entidades locais em todo o país.

É necessário, além disso, que sua criação seja precedida de ampla discussão e, para isto, conclamamos todos os colegas professores do DF de todos os níveis a participar de debates, encontros regionais, conferências, convocados pela APPDF e amplamente divulgados, onde a viabilidade de criação de uma Entidade a nível nacional, seria discutida.

COMISSÃO ORGANIZADORA
DO I SIMPÓSIO
DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DA APPDF

AGRADECIMENTO

Guará, 15 de outubro de 1978
Caro Prof. Olímpio G. Mendes

No dia 11 próximo passado, recebi em minha residência, informações desta Associação, pelo que agradeço e venho congratular-me com a Diretoria da APPDF por mais esta conquista (Equiparação Salarial), bem como pela realização do 1º SIMPÓSIO DE ENSINO NO DF.

Quanto à transformação da APPDF, desde já autorizo a inclusão de meu nome entre os associados da Associação Profissional, visto que acredito na "Boa Fé" e no trabalho desenvolvido por esta Associação.

Aproveito a oportunidade para sugerir:

- 1º - Que haja maior divulgação da APPDF, junto às Unidades de Ensino, propiciando a adesão de novos Sócios.

- 2º - Que os Diretores das UE sejam engajados nesta "Luta" (pela melhoria do Ensino), junto a APPDF, facilitando a comunicação entre a Associação e os Professores, mesmo que estes ainda não sejam membros desta. O que, sem margem de dúvidas diminuiria os gastos com material informativo.

- 3º - O aumento da contribuição, visando a incrementação de Convênios, (Assistência Médica e Hospitalar).

- 4º - Sejam confeccionadas Carteiras de Sócios. Documento este que poderá ser exigido para usufruto de Convênios.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.

Rubio César da Cruz Lima
QE - 26, Conj. "C" Casa 42
Guará II - 71.00

PROFESSOR

Eu, aluno do Centro Educacional 01 do Gama, comunico em nome de todos que aqui estudam, a nossa solidariedade e apoio a todos os professores que estão lutando contra a exploração a que são submetidos. Sabemos que estão cansados de serem esquecidos e de voltarem-lhe as costas, mas desejamos que vocês se unam, formando um só ideal, que consigam o que lhe é justo, mesmo com a má vontade de algumas autoridades.

Acho que as autoridades competentes deveriam dar mais atenção à educação, sim, porque somente com uma boa educação conseguiremos depender menos de outros pais e criar tecnologias puramente brasileiras. 24/10/78.

Centro Cívico: C.E. - 01,
Presidente
Marcelo Pires Mendonça
Gama DF

EXPEDIENTE

Órgão Oficial de
Divulgação da APPDF

Composição, impressão:

Jornal de Brasília

VOCÊ PROFESSOR

Professor, gente

Marlene S. Melo
- em 15/10/78

Professor, opção

Professor, escola

Professor, aluno

Professor, amor

Professor, amigo

Professor, alegria

Professor, dureza

Professor, trabalho

Professor, cansaço

Professor, angústias

Professor, família

Professor, filhos

Professor, falta de tempo

Professor, salário

Professor, fim de mês

Professor, diretora

Professor, recesso

Professor, ponto

Professor, horário

Professor, livro de chamada

Professor, reunião

Professor, problemas

Professor, condução

Professor, trânsito

Professor, fim de ano

Professor, férias

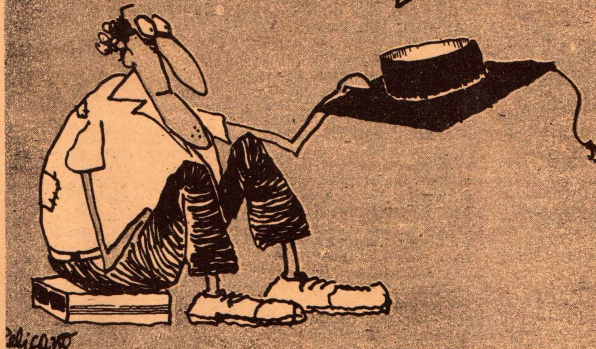
Professor, dever cumprido

Professor, paz

Professor, fé

Professor, aí está o seu dia a dia,
a sua vida, a sua missão

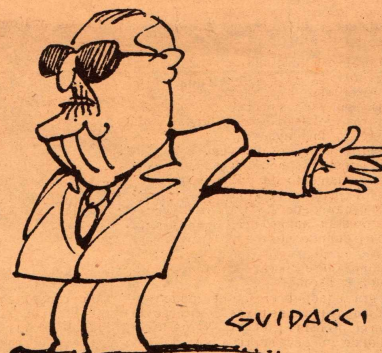
ME DA' UM
DINHEIRO AÍ!



TENHO
SEDE DE
JUSTIÇA!



TRAGAM UM COPO
D'ÁGUA PRO MOÇO.



NOVO CONVÊNIO

Dr. OSILIO
MARQUES FRANÇA
CIRURGIÃO
DENTISTA
END. SCS - EDIFÍCIO
ARNALDO VILARES
SALA 213 -
TELEFONE: 226-2103

PROFESSOR

ATUALIZE

O SEU

ENDEREÇO

NA APPDF

LIGUE

PARA 561-4310

Luta de professores pelos 30% continua

O presidente da Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal, Olímpio Gonçalves, afirmou, que apesar da negativa do GDF em atender o pedido de reajuste salarial dos 30% referentes aos anos de 74 e 75, a entidade continuará lutando «por esse direito legítimo dos professores do DF, tendo em vista que o reajuste não foi estendido à categoria, irregularmente».

Ao ressaltar que a irregularidade cometida tem «tornado verdadeiramente insustentáveis as condições de vida e trabalho dos professores do DF, devido ao elevado e contínuo aumento do custo de vida»; o professor Olímpio disse que os professores estão apelando à justiça, pois, «diante da decisão do Governo, é a única medida que podemos tomar, em defesa dos nossos interesses».

— Cerca de 700 professores já entraram com processos judiciais e 50% das ações foram julgadas favoravelmente aos docentes e encaminhadas a segunda instância. Possivelmente, dentro de seis meses a um ano, teremos resposta final sobre os processos.

Por outro lado, o governador Elmo Serejo Farias afirmou à comissão de professores, em reunião, que a categoria não está em condições de reivindicar o reajuste pois «não existe jurisprudência firmada em torno da reivindicação, não havendo, portanto, uma definição clara a respeito

dos 30%. Tanto é que 50% dos processos são favoráveis à Fundação Educacional do DF, órgão empregador da categoria». O governador, no entanto, reconhece que o problema está criado, devido aos processos judiciais.

Frete às observações do Governo, o presidente da APPDF é da opinião que a FEDF tem, como os professores, «o direito de defesa e irá até à última instância — o Supremo Tribunal Federal — para que o seu ponto de vista prevaleça sobre o dos professores».

Por sua vez, a Fundação Educacional afirmou à comissão que o retroativo já está incorporado ao salário dos professores. O diretor executivo da FEDF, Emerson José de Almeida, afirmou, há dias atrás que, apesar de a reivindicação ser um direito dos professores, a reposição dos 30% não possui viabilidade jurídica para ser atendida.

— Os governos da União e do DF concederam em março de 75, aos empregos então existentes, 30% de aumento. No entanto, as categorias de professores — primeiro e segundo grau — classes A, B e C somente foram criadas em maio de 75. Como então querer que o reajuste reivindicado recaia, agora sobre empregos que não existiam na época?»

PUNIÇÃO

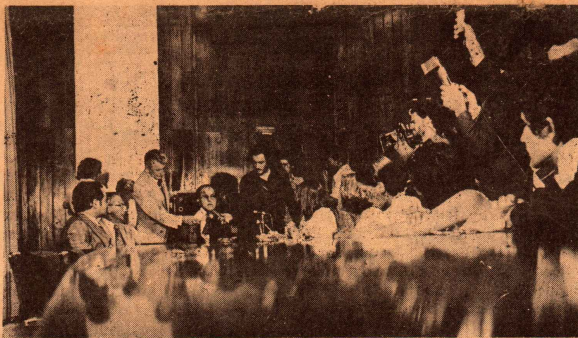
A Associação Profissional dos Professores do DF, ao tomar conhecimento de processos em trâmite na FEDF, sugerindo medidas punitivas aos professores que entraram na justiça para reaver os 30%, solicitou um esclarecimento por parte das autoridades.

— O governador Elmo Farias, juntamente com o secretário de Educação, Wladimir Murtinho, e o secretário executivo da FEDF, no entanto, nos garantiram que não serão demitidos professores reclamantes — afirmou Olímpio Gonçalves.

— Da parte executiva — continuou o professor — não há propósito de demissão, embora possa haver sugestões nesse sentido. Foi o que nos garantiram as autoridades.

SINDICATO

Dentro em breve, a atual APPDF, deverá estar transformada em sindicato. Essa é, segundo o presidente Olímpio Gonçalves, o desejo maior da categoria. Estamos tomando todas as providências necessárias, e com o sindicato poderemos recorrer ao dissídio coletivo para a solução dos nossos atuais problemas salariais».



O governador anuncia a paridade com os professores federais

Professores receberão salário com aumento

Os professores da rede oficial de ensino receberão, este mês, os vencimentos correspondentes a outubro com o acréscimo da primeira parcela (50%) da diferença que separa o seu nível salarial dos professores federais. A outra metade será paga a partir de 1º de outubro do próximo ano, incluídos os aumentos que vierem a ser concedidos no período.

O anúncio da equiparação foi formalizado no Palácio do Buriti, durante reunião do Governador Elmo Serejo Farias com jornalistas. Na mesma ocasião, Elmo assinou decreto determinando à Secretaria de Educação a adoção de providências administrativas visando a concretização da medida. Presente à solenidade, o

secretário Wladimir Murtinho garantiu que a folha de pagamento deste mês já sairá atualizada.

Os novos níveis salariais são os seguintes: Professor Classe A: Cr\$ 2.735 (regime de 20 horas) e Cr\$ 5.470 (regime de 40 horas); Professor classe B: Cr\$ 4.606 (20 horas) e Cr\$ 9.078 (40 horas); Professor classe C, Cr\$ 6.539 (20 horas) e Cr\$ 13.078 (40 horas). Dentro de um ano, computando a majoração a ser concedida em março, estimada em 30 por cento e a segunda metade da diferença, os professores passarão a perceber os seguintes vencimentos: classe A: Cr\$ 4.080 (20 horas); Cr\$ 8.160 (40 horas); Classe B: Cr\$ 6.996 (20 horas) e Cr\$ 13.992 (40 horas); Classe C: Cr\$ 10.028 (20 horas) e Cr\$ 20.056 (40 horas).

Qualidade do Ensino no Distrito Federal

Apesar dos esforços de vários professores, no sentido de elevar o nível de ensino no Distrito Federal, exigindo mais dos alunos e se posicionando contra as constantes recuperações, aprovações e massificação nas escolas, para que a qualidade supere a quantidade, no Distrito Federal, necessário se torna que haja conjugação de esforços das Direções de Unidades Escolares, Complexos Escolares e Departamentos da FEDF, visando uma reformulação profunda no Sistema de Ensino.

Os obstáculos encontrados pelos mestres, na qualificação, são, dentre outros:

— pressão no sentido de que alunos não sejam reprovados, alegando-se os vultuosos investimentos, estatais, per capita, na educação;

— As constantes recuperações, na maioria superficiais, sem disponibilidade por parte do professor ou aluno, para um trabalho de profundidade;

— Os responsáveis pelos destinos da educação se mostram mais preocupados com quadros estatísticos do que propriamente, com a qualidade do ensino;

— Deficiência de recursos materiais e humanos, no desempenho funcional do Magistério e das escolas;

— Profissionalização carente de prática e, às vezes, até de teoria, tendo em vista as precárias condições das Unidades Escolares, não aparelhadas para tal;

— Profissionalização e especialização prejudicando a formação geral.

"SINDICATO"

ASSEMBLÉIA DIA 16/12/78